

DISCURSO EMPREENDEDOR NO ENSINO MÉDIO: O QUE DIZEM AS PESQUISAS ACADÊMICAS?

André Luiz França Alves¹
Michele de Freitas Faria Vasconcelos²
Lívia de Rezende Cardoso³

Resumo: A presente pesquisa consiste numa revisão integrativa acerca de pesquisas sobre educação, juventude e empreendedorismo em um recorte temporal posterior à reforma do Ensino Médio. Foram selecionados 18 artigos das bases SciELO, PsycINFO, ERIC e WoS. Os estudos foram categorizados em: percepção de estudantes; a relação com Projeto de Vida; empreendedorismo e educação sob a orientação crítica; e teorização pós-crítica. Publicados entre 2020 e 2024, têm predominância metodológica da análise de documento ou questionário. Observamos que boa parte apresenta crítica às últimas reformas curriculares no âmbito documental ou em contextos específicos.

Palavras-chave: Empreendedorismo; Ensino Médio; Educação.

Entrepreneurial Discourse in High School: What Do Academic Research Studies Say?

Abstract: This research consists of an integrative review of studies on education, youth, and entrepreneurship within a time frame following the High School Reform. Eighteen articles were selected from the SciELO, PsycINFO, ERIC, and WoS databases. The studies were categorized as follows: students' perceptions; the relationship with Life Project; entrepreneurship and education from a critical perspective; and post-critical theorization. Published between 2020 and 2024, the studies predominantly

¹ Universidade Federal de Sergipe (UFS). ORCID:

<https://orcid.org/0000-0003-2491-7633> E-mail: andrelfalves@outlook.com

² Universidade Federal de Sergipe (UFS). ORCID:

<https://orcid.org/0000-0002-9013-6352> E-mail: michelevasconcelos@hotmail.com

³ Universidade Federal de Sergipe (UFS). ORCID:

<https://orcid.org/0000-0003-4091-9110> E-mail: livinha.bio@gmail.com

employed document analysis or questionnaires as their methodological approach. We observed that a significant portion of the articles present criticism of the latest curricular reforms, either in documentary scope or within specific contexts.

Keywords: Entrepreneurship; High School; Education.

INTRODUÇÃO⁴

As transformações curriculares dos últimos anos foram pautadas pela produção de crises e das consequentes ofertas de soluções. Ao constatar a derrota no campo da educação, por intermédio de políticas de avaliação, culpabiliza-se instituições escolares e pessoas pelos resultados frustrantes dos exames, coloca-se em segundo plano a responsabilidade do Estado e acende-se “um espaço fértil para reformas ou novas medidas milagrosas” (Zanoto, Sandri, 2018, p. 14), como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Nesse sentido, as políticas públicas de educação têm sido contaminadas por discursos de empreendedorismo, acontecimento que reflete transformações estruturais mais amplas no contexto das políticas neoliberais e impactam as subjetividades da nossa juventude em diferentes contextos.

A palavra *entrepreneur* deriva dos termos franceses “entre” e “prende” e é compreendida como “fazer algo ou estar entre”, significando “estar entre a procura e a oferta” (Ferreira, 2015). Cantillon (1755) descreveu o empreendedor como aquele que se predispõe ao risco em umas certas atividades econômicas, ao adquirir um determinado produto ou serviço a um preço estipulado para depois o buscar vender a um preço incerto. Nesse contexto, se encontra a noção de risco e lucro. Já no século XVII, economistas como Adam Smith destacou a imprescindibilidade da iniciativa individual no fomento do

⁴ Esta pesquisa recebe financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

crescimento econômico nas relações comerciais. Ou seja, não se receia colocar de uma única vez um elevado volume de capital no aprimoramento de sua terra, quando tem uma perspectiva provável de elevar seu valor, em relação à despesa (Smith, 2017).

Em meados do século XIX, com a efervescência do debate acerca do empreendedorismo, Jean-Baptiste Say (2023) adentrou a episteme de que os empreendedores são definidos como pessoas dispostas a correr riscos porquanto investem o seu próprio recurso/dinheiro em empreendimentos, ou seja, agregaram o termo ao campo empresarial, no qual a perspectiva de empreendedorismo restringe-se ao papel do proprietário de uma organização empresarial. Essa ideia foi expandida com a Revolução Industrial, onde o empreendedorismo se transformou em um símbolo de progresso e modernidade. O eu inovador que empreende e aberto ao risco é o agente prático da transformação no plano socioeconômico, aquele que conduz e é conduzido por um campo de força motriz inventivo e criativo, apto de estimular novos processos de inovação e catapultar o surgimento de novos mercados. Tais articulações é que conferem sustentação para os processos produtivos do cenário capitalista (Schumpeter, 1997).

A perspectiva schumpeteriana propiciou o pilar de manutenção para a racionalidade econômica dentro de uma ideologia empreendedora estabelecida, posteriormente, pela escola neoliberal austríaca, principais pensadores, em especial, Mises (2010) e Hayek (2002). Apesar disso, foi ao término do século XX (1900 – 2000) que essa concepção foi largamente institucionalizada e elevada como uma aptidão fundamental nas sociedades modernas. O nascimento do neoliberalismo trouxe consigo uma nova epistemologia do empreendedorismo, atrelando-o à ontologia de sujeitos

autônomos aptos a administrar suas próprias vidas em um mercado competitivo (Harvey, 2007).

A partir de 1990, transição da terceira revolução industrial (1960-2000) – caracterizada por expansão do trabalho flexível toyotista; robotização e diminuição do número de trabalhadores fabris; terceirização e outras novas formas de contrato de trabalho; desconcentração industrial e migração de empregos; modernização e flexibilização da legislação trabalhista - para a quarta revolução industrial (a partir de 2010 até os tempos atuais) – evidenciada pelos seguintes traços: automatização total de processos (Indústria 4.0); flexibilização ainda maior nos contratos de trabalho; aumento significativo no número de prestadores de serviços; controle do trabalho por algoritmos e aplicativos; falta de clareza na relação entre empregador-empregado; uberização do trabalho; Aumento da informalidade no trabalho; relações líquidas entre patrão-empregado-cliente; flexibilização da jornada; Flexibilidade de horários; precarização trabalhista (remuneração baixa por hora, ausência de férias e descanso remunerado); falta de aparato legal ao trabalhador (indenização em caso de acidentes); concorrência desleal no mercado (Boff, 2023), com a globalização e o avanço das tecnologias da informação, o empreendedorismo ganhou novas dimensões. A pedagogia empreendedora surgiu como uma resposta às demandas mercadológica por profissionais adaptáveis e inovadores (Motta, 2008). Essa mudança altera a forma como os indivíduos são governados: não mais apenas como cidadãos ou trabalhadores, mas como empreendedores de si mesmos. O discurso do empreendedorismo se alterou ao longo do tempo. Hoje, não é mais sobre um treinamento dentro das organizações, mas constata-se a constituição de novas formas de ser e de estar no mundo, bem como novas formas de imaginar o mundo, ou seja, uma nova ontologia, uma ontologia empreendedora. Rose (1998), nesse contexto, sugere

que não se trata meramente de designar uma forma organizacional, mas também, de forma mais ampla, proporcionar uma imagem, uma episteme de um modo de atividade, uma forma de conduta a ser incentivado em muitos aspectos da vida – a escola, a família, a igreja, a universidade, a feira, a prisão, os órgãos públicos, o hospital, os consultórios clínicos gerais, a fábrica e as estruturas de bem-estar social.

Nas sociedades modernas, o eu empreendedor se coloca como central na formação da subjetividade. Os indivíduos são convocados a se autogerenciarem para aprimorar suas competências e capacidades, objetivando valorizar-se como eu empresa, e concretizar seus anseios. Essa individualidade, ao mesmo tempo provedor e administrador de si mesmo, deve assumir os riscos da própria gestão, desenvolvendo características como autonomia, flexibilidade e autoeficácia. Nesse contexto, o imperativo do empreendedorismo assume um papel governamental, moldando a vida, o pensamento e o comportamento dos indivíduos (Bröckling, 2016).

O chamado para aderir a uma ontologia empreendedora produz um modelo de prática discursiva para os sujeitos compreenderem, sem se questionar ou criticar, a razão que os orientam no mundo ou como deveriam se pôr na realidade e lhe impõe como trabalhar sobre si a fim de tornar-se o que devem ser, nesse caso, um sujeito empresa. Esse processo é o que Foucault (2025) vai chamar de subjetivação. Ou seja, modo de objetivação do sujeito, isto é, modos em que o sujeito aparece como objeto de uma relação de conhecimento e de poder. Com efeito, o modo de subjetivação e objetivação não são independentes uns dos outros; seu desenvolvimento é mútuo. Aqui, a racionalidade, ou pensamento ao ato que instaura, de acordo com diferentes relações possíveis, um sujeito e um objeto, uma história do pensamento seria a análise das condições em que se formaram e modificaram as relações

entre sujeito e o objeto para tornar possível uma forma de saber ou, nas palavras de Castro (2009), a que se deve assujeitar o sujeito, que estatuto de se basear, que posição precisa ocupar para possibilitar ser sujeito legítimo de conhecimento, sob que condições e restrições algo pode converter-se em objeto de conhecimento - objetivação, a que delimitações está assujeitado. Essas condições, e porque não conduções governamentalizantes, estabelecem o regime de verdade, as regras conforme as quais o que um sujeito pode dizer inscrever-se no campo do verdadeiro e do falso.

Desse modo, o si mesmo empresarial é uma forma de subjetivação. O agir, o praticar, o devir empreendedor é, nesse aspecto, um regime de força e resistência. Ela é uma meta, um self empreendedor um *self made man*, uma idealização pela qual os indivíduos lutam, uma régua, um código, um estatuto segundo o qual eles vigiam, julgam e sentenciam sua conduta, pactuam seu vir a ser, um exercício contínuo para empresariar sobre o si mesmo e, por fim, um gerador de conceitos, de percepções, de verdade, de memórias e, porque não, um gerador ontológico pelo qual eles chegam, não apenas a conhecer a si mesmos, mas também a produzir um si mesmo que é permitido conhecer (Bröckling, 2016).

A educação, nesse aspecto, é recolocada como um espaço estratégico para a implementação de políticas que estimulem essa racionalidade neoliberal. O discurso do empreendedorismo na educação é mantido por narrativas que exaltam a inovação, a autonomia e a competitividade como valores centrais da formação contemporânea. Contudo, essa configuração não é isenta de tensões. Como argumenta Foucault (2008), o neoliberalismo opera mediante uma reconfiguração das relações entre poder e resistência, instaurando formas sutis e difusas de controle que se articulam por meio da subjetivação. Nesse sentido, os jovens são

convidados a olhar para si como gestores de suas vidas. Isso significa aprender a tomar decisões, se adaptar às mudanças e buscar sempre melhorias.

Diante dessas considerações, desenvolvemos neste artigo uma revisão integrativa acerca da produção científica na qual se busca identificar os desfechos de pesquisas sobre educação, juventude e empreendedorismo em um recorte temporal posterior à reforma do Ensino Médio. Tal investigação justifica-se para conhecimento e interpretação da produção sobre o tema com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento de futuras pesquisas. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo buscar evidências acerca dos efeitos do discurso empreendedor no campo educacional.

SOBRE REVISÃO INTEGRATIVA NA INTERFACE EMPREENDEDORISMO E EDUCAÇÃO

A pesquisa realizada é revisão integrativa, evidenciando-se como uma abordagem que proporciona o mapeamento e a pulverização dos resultados de pesquisas acerca de um certo assunto, de modo a contribuir com subsídios para a prática baseada em evidências. É definida como um método que consiste na síntese de diversas produções bibliográficas com fundamento de conhecimentos científicos com a finalidade de incorporar aplicabilidade de intervenções na prática. É denominada integrativa, pois fornece informações de modo geral acerca de um tema. Para elaboração desta revisão, é necessária a presença de etapas específicas (Souza, et al., 2010).

Neste artigo, optou-se pelas distintas e complementares etapas: Formulação de uma questão norteadora de modo que não seja muito restrita – pois seriam identificados poucos estudos –, nem generalista e, portanto, limitativa; Seleção das bases de dados e formulação da estratégia de pesquisa com base nas palavras-chave e com apoio dos operadores

booleanos; Definição explícita dos estudos que irão ser selecionados e os que irão ser excluídos; Delimitação quanto as informações a serem coletadas dos estudos encontrados e selecionados bem como a categorização dos estudos; Análise e avaliação dos achados; Compreensão e interpretação dos resultados; Apresentação da revisão/síntese do conhecimento (Aquino et al., 2021).

A definição da questão norteadora deu-se com base na estrutura PICO, considerando-se as recomendações do Joanna Briggs Institute das quais resultou a questão: Qual é o impacto do empreendedorismo nos currículos escolares na formação da subjetividade dos estudantes e profissionais de educação? Cada dimensão do PICO contribui para a definição dos estudos a incluir, e equivale aos seguintes elementos: Population (P), dos estudantes e profissionais de educação; Interest Area/Intervention (I), impacto do empreendedorismo nos currículos escolares na formação da subjetividade; Context (Co), currículos escolares (Sousa, 2018).

As bases de dados para consulta foram escolhidas a partir do critério de ter pelo menos uma base em cada uma das categorias a seguir: que representasse a produção científica brasileira; que abrangesse, predominantemente, pesquisas na área de educação. Por meio do acesso ao conteúdo assinado do Portal de Periódicos da CAPES, via login institucional de uma universidade federal, seguindo critérios supramencionados, foram selecionadas as seguintes bases: Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), PsycINFO, Education Resources Information Center (ERIC) e da Web of Science (WoS). Os descritores poderiam estar em qualquer um dos campos do artigo (e.g. título ou corpo do texto). O tipo de arquivo foi limitado a artigos, publicados entre 2015 e 2025, nos idiomas inglês, espanhol e português.

Para a seleção dos artigos, foram utilizados os seguintes termos “não controlados” (textos livres) de busca em inglês: Self-entrepreneur, Governmentality, Counter-conduct, Performance, Entrepreneurship, Governmentality, LifeProject, Entrepreneurofhimself, Performanceculture, Entrepreneurial education, Training itineraries, High School, Counter-Reform, Integral Training, High school, Entrepreneurship, Pedagogy of Skills, Entrepreneurship in public education, Self-entrepreneur, Governmentality, Counter - conduct, Precarious work, Entrepreneurship, Americanism; Neoliberalism, Way of Life, Entrepreneur of Himself.

Também foram utilizados os seguintes termos de busca em português (especificamente na base SciELO): Empresário de si, Projeto de Vida, Cultura do desempenho, Educação empreendedora, Itinerários formativos, Contrarreforma do Ensino Médio, Educação empreendedora, Itinerários formativos, Contrarreforma do Ensino Médio, Formação Integral, Ensino Médio, Empreendedorismo, Pedagogia das Competências, Empresariamento na educação pública, Contraconduta, Trabalho Precário, Empreendedorismo, Americanismo, Neoliberalismo, Modo de Vida, Empresário-de-Si.

A estratégia de busca primária foi submetida à revisão por pares – entre autores deste texto – para garantir a precisão conceitual com a presença de um revisor seguindo as boas práticas para validação de estratégias de procura de informação, denominada *Peer Review of Electronic Search Strategies* (PRESS). Os critérios de inclusão foram: pesquisas publicadas em artigos científicos; realizadas no contexto escolar brasileiro, que envolva o assunto “empreendedorismo”; que descrevessem o impacto das intervenções diretas ou indiretas do empreendedorismo na

formação dos sujeitos no espaço escolar; que seus participantes fossem estudantes e trabalhadores da educação; que envolvessem o componente da instrução direta ou indireta do aplicador da intervenção aos alunos, independentemente de ser dentro de sala de aula ou não (o contexto da intervenção poderia ser lúdico, de atividades de rotina ou em aula, desde que tivesse algum objetivo de ensino definido).

Na realização da seleção inicial de títulos e resumos foi utilizada a ferramenta Rayyan Qatar Computing Research Institute (Rayyan QCRI), a qual facilita a automação da revisão, inclusive, identificando duplicatas, incorporação de um alto nível de usabilidade e eficácia de seleção com uso da opção de cegamento duplo entre revisores. Seguiu-se a leitura na íntegra dos estudos pré-selecionados, resultando na amostra dos artigos. Para coletar, analisar e organizar os dados, utilizou-se um quadro com a descrição das seguintes informações: título; autores; ano da publicação; foco, método e principais achados.

DISCURSO EMPREENDEDOR NAS PESQUISAS ACADÊMICAS

Os critérios de seleção de amostras foram: evidências publicadas na literatura nacional e internacional, incluindo artigos de periódicos online com o texto nos idiomas português, inglês e espanhol, cujo foco tenha sido as pesquisas de educação e como o empreendedorismo impactou a prática pedagógica e a formação dos jovens. O recorte temporal estabelecido foi de 5 anos, tendo em vista selecionar as evidências mais recentes. Foram excluídas resenhas, revisões de literatura, editoriais e produções duplicadas nas bases de dados. Foram identificados, inicialmente, 386 registros por meio da busca nos portais SciELO, PsycINFO, ERIC, WoS e SCOPUS. Após a leitura do título e do resumo, foram excluídas as produções científicas que não estavam em consonância com

o tema proposto, assim como as duplicações, elegendo 22 estudos para leitura na íntegra. Após uma análise minuciosa do material, mais 4 artigos foram excluídos, restando 18 artigos na revisão.

Para fins de análise, esses estudos foram categorizados em quatro grupos: (i) 5 que se propuseram analisar a percepção de estudantes e se somar na defesa ao empreendedorismo; (ii) 4 que analisaram a temática empreendedora especificamente no componente Projeto de Vida; (iii) 5 que problematizaram o empreendedorismo nas políticas educacionais sob a perspectiva crítica; (iv) 4 que investigaram o empreendedorismo a partir da teorização pós-crítica.

Todos os trabalhos foram publicados entre 2020 e 2024, dispondo de metodologias variadas, mas com predominância absoluta da análise de documentos em 12 deles. O grupo 1 diferenciou-se metodologicamente por focar na aplicação em larga escala de questionários a estudantes e, um deles, avaliou uma prática pedagógica e sua interação com os estudantes. Desse modo, os demais grupos, com a exceção de um artigo que utilizou entrevista com docentes e um outro que se configurou como estudo de caso, avaliaram documentos curriculares apenas e não atuaram diretamente nas escolas. Em relação ao recorte espacial, 3 pesquisas analisaram contextos da região Nordeste, 2 do Sul, 1 do Norte e 1 do Centro-Oeste. As demais 11 pesquisas foram gerais ao contexto nacional.

Como será evidente nas análises detalhadas, o grupo 1 apresentou uma perspectiva tradicional de currículo e assumiu positivamente o discurso empreendedor nas suas investigações. Os demais grupos variaram a sua perspectiva curricular entre as teorizações crítica e pós-crítica, e foram contundentes na crítica ao empreendedorismo na educação. Os próximos subtópicos analisarão os principais resultados

destas pesquisas, dando maior enfoque nos principais impactos do empreendedorismo no contexto educacional.

A PERSPECTIVA ESTUDANTIL

A pesquisa de Mesquita e Santos (2023) buscou analisar a influência das finanças pessoais e da educação empreendedora na intenção de empreender, considerando a premissa teórica de que, segundo autores que balizam a pesquisa, a falta de êxito empresarial pode estar associada à falta de educação financeira adequada. Obteve-se uma amostra probabilística de 476 estudantes de escolas profissionalizantes situadas na região Noroeste do Ceará que responderam um questionário do *Google docs*.

Os resultados destacaram que a maioria dos respondentes tem o objetivo de empreender, mas não exatamente ao concluir o Ensino Médio, com a intenção manifestando-se em um prazo de até 5 anos. Contudo foi identificado um desconhecimento técnico sobre como abrir uma empresa e sobre demais trâmites. Com base nisso, a pesquisa conclui que as finanças pessoais e a pedagogia/educação/ensino empreendedor influenciam diretamente a intenção empreendedora.

O artigo de Coelho (2020) objetivou apresentar uma sugestão metodológica para o ensino de empreendedorismo por intermédio de formação e desenvolvimento de concurso de ideias de startups, destinada ao fomento do potencial empreendedor dos alunos do ensino médio. Os resultados apresentam que a sugestão metodológica, com técnicas pedagógicas de ensino aplicadas, se expressa como um instrumento didático; que permitiu uma participação ativa dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem, em que é possível aprender fazendo.

Segundo a autora, os estudantes desconheciam o mundo dos negócios das startups e, após esclarecimentos iniciais, os estudantes ficaram motivados com a ideia e participaram com empenho do projeto, sendo, que uma boa parte começou a pesquisar ainda mais sobre a aplicação no mundo do trabalho. Além disso, é possível inferir que a pesquisa contribuiu com a capacitação e o desenvolvimento de atributos empreendedores dos estudantes, como criatividade, liderança, capacidade de visualizar e propor resolução de problemas, entre outros. A capacitação e concurso de startups despertou, em algum nível, a capacidade empreendedora dos estudantes, ao ponto que conseguiram apresentar boas ideias para operação em um mercado dinâmico e competitivo.

A pesquisa de Pereira et al. (2024) teve como foco estudar a percepção dos alunos de Ensino Médio da região central do Paraná acerca do empreendedorismo. Foi desenvolvida uma pesquisa quantitativa exploratória, por meio da aplicação de um questionário adaptado a 2.128 alunos matriculados em 41 escolas de 13 municípios da região central. Os resultados foram categorizados em cinco grupos de percepção: empreendedores desmotivados; empregados dedicados; empreendedores com forte apoio; família em primeiro lugar; e trabalho faz o empreendedor.

Os pesquisadores concluíram que os alunos entendem o que é empreendedorismo e percebem a relevância deste como uma possibilidade de carreira, conquanto a maioria não confie no seu potencial e não se perceba como um empreendedor. Aliado a isso, a episteme dos estudantes é de que o empreendedorismo está vinculado a ideia de esforço individual com finalidade de abrir uma organização empresarial formal. O estudo sinaliza que as classes menos favorecidas possuem um baixo nível de formação focada no empreendedorismo e na inovação, sendo um dos aspectos que

restringem o empreendedorismo, e recomenda a necessidade de políticas públicas para difusão da cultura empreendedora no país.

A pesquisa de Ferreira e Smail (2025) focou em investigar as intenções empreendedoras e a educação entre estudantes do Ensino Médio e técnico em Institutos Federais no Brasil. O instrumento de pesquisa deu-se por meio de uma pesquisa online usando a plataforma *Survey Monkey*, que incluía perguntas estruturadas e fechadas. Além disso, perguntas abertas foram incorporadas à pesquisa para reunir dados qualitativos, permitindo que os participantes fornecessem respostas mais detalhadas sobre suas intenções empreendedoras e os fatores que influenciam suas decisões.

De acordo com os autores, os principais resultados foram: a futura escolha de carreira são predominantemente influenciadas por considerações de qualidade de vida; a educação técnica serve como um preditor significativo da intenção empreendedora; há um alto interesse em empreendedorismo entre alunos mais velhos e aqueles nos anos finais de seus programas; os setores de maior interesse empreendedor são varejo, serviços e alimentação; a educação empreendedora precisa ser mais amplamente oferecida nos currículos do ensino médio e técnico. O estudo sugere uma integração mais robusta da educação empreendedora nos currículos do ensino médio e dos institutos técnicos.

Ainda sobre a percepção de estudantes, o trabalho de Cavalcante et al. (2022) objetivou investigar a influência da educação empreendedora na relação entre intenções empreendedoras e seus antecedentes, fazendo isso verificando os efeitos da educação empreendedora como uma variável moderadora na conexão entre intenção e seus antecedentes. A coleta de dados foi realizada com alunos de 32 campi e tais

amostras foram elaboradas por meio da inclusão de alunos regularmente matriculados em cursos sobre empreendedorismo.

De acordo com os autores, o controle comportamental exerceu a maior influência nas intenções. No entanto, a atitude e as normas subjetivas não mostraram influência nas intenções. Além disso, os resultados demonstraram que a educação empreendedora não tem um efeito moderador como esperado e que os alunos não apresentaram intenções médias e altas de iniciar seus próprios negócios. Para os autores, isso pode ocorrer porque os alunos podem não encontrar incentivos suficientes para considerar o empreendedorismo como uma opção de carreira, portanto, o efeito das normas subjetivas na atitude e no controle comportamental pode ter levado a tais resultados. Concluem que falta de apoio da família e amigos, contexto de baixa renda e estratégias usadas em cursos de empreendedorismo também podem ter levado a essas respostas.

Os cinco trabalhos apontaram que o discurso empreendedor, ainda que fortemente marcado nas políticas curriculares, a exemplo da BNCC para o Ensino Médio, não tem se materializado na constituição de subjetividades dos jovens. Há uma distância considerável – em termos sociais, contextos familiares e de poder aquisitivo – entre a apropriação de uma cultura do empreendedorismo com as práticas econômicas e profissionais empreendedoras. Não negamos, contudo, a eficácia na disseminação do empreendedorismo e da competição como uma forma predominante de existência capitalística no currículo para os jovens.

EMPREENDEDORISMO E PROJETO DE VIDA

O segundo grupo de pesquisas debateu o tema empreendedorismo em sua relação com o componente curricular Projeto de Vida, que também expressa uma centralidade na BNCC. A primeira pesquisa deste grupo foi a de Barbosa e Alves (2023) e objetivou realizar uma análise crítica dos pressupostos subjacentes ao componente curricular Projeto de Vida, amplamente difundido nos currículos da última etapa da Educação Básica, a partir das alterações curriculares realizadas no contexto de implementação da atual Reforma do Ensino Médio. As análises críticas são referentes aos recursos e materiais didáticos utilizados como suporte pedagógico, que podem ser compreendidos enquanto indutores de uma racionalidade empreendedora, disponibilizados no site da secretaria de Educação.

Como resultados, as autoras citam que os pressupostos do aprender a empreender, voltados para a formação de uma juventude empresária de si mesma, representa um projeto de vida danificado. Indicam que há um apelo aos aspectos socioemocionais, como desenvolver atitude proativa e empreendedora, comunicação empática, perseverança, liderança, superação. Além disso, apontam que há um deslocamento do social para o indivíduo na responsabilização pelo fracasso diante do cenário de precariedade, que faz os sujeitos assumirem-nas como um fracasso pessoal, uma vergonha, uma desvalorização. Por fim, as autoras dizem ser possível depreender que Projeto de Vida pode ser entendido como uma forma de indução da cultura empreendedora na formação das futuras gerações.

A pesquisa de Silva e Oliveira (2023) evidenciou as articulações e tensões entre a proposta da disciplina Projeto de Vida e Empreendedorismo, posicionada no currículo das Escolas de Referência do Ensino Médio (EREM), da rede

pública de Pernambuco, e os discursos neoliberais e neoconservadores no contexto educacional. O trabalho analisou publicações institucionais e documentos oficiais acerca das concepções e das práticas da disciplina supracitada na rede pública de Ensino Médio, assim como a execução de entrevistas semiestruturadas com seis docentes de sociologia que atuam ou atuaram com essa disciplina em Recife.

Para os respectivos autores, as reformas curriculares recentes não se referem somente a uma revisão de ementas, conteúdos ou metodologias, mas, envolvem o desenvolvimento de estratégias e mecanismos de motivação, controle, responsabilização e pressão sobre docentes e gestoras em direção ao atendimento das prescrições, orientações e expectativas curriculares estabelecidas, especialmente no contexto de escolas modelo e de referência, como no caso pernambucano. Apontam como o sentido de projeto de vida ou “propósito”, recuperado de uma vertente da psicologia positiva estadunidense, que tem operado um papel central na estruturação das recentes propostas curriculares, é desenhado a partir de uma visão etnocêntrica e colonial, que tem demonstrado um forte viés de articulação com os discursos e demandas neoliberais e neoconservadores na realidade educacional contemporânea. Por fim, ressaltam algumas das principais fantasias pedagógicas mobilizadas: do protagonismo juvenil, da inserção no mercado, da virtuosidade tecnológica e da participação cidadã submissa à ordem social vigente. Elas têm atuado de modo a promover a idealização de um modelo cristalizado de fabricação de sentidos e subjetividades, possibilitando o encobrimento e a denegação das significativas falhas e contradições desse modelo.

A terceira pesquisa deste grupo foi a de Manfré (2023) e teve como objetivo analisar como o Projeto de vida alinha-se à cultura do empreendedorismo, direcionando as formas de

governo de si. O Projeto de Vida promete desenvolver múltiplas dimensões, motivando os indivíduos a resolverem problemas e a tomar decisões para alcançar objetivos e atingir a realização profissional. Essa cultura transfere os dispositivos empresariais – tais como competitividade, lucratividade, desempenho e produtividade – ao âmbito educacional, subordinando os processos formativos a uma nova governamentalidade. Ainda segundo o autor, rejeitar o sujeito empreendedor de si (adestrado, adaptado, controlado, produtivo e competitivo) – que foi transformado para ser governado – é apostar na vida para além das formas de governo atuais, possibilitando crítica e contraconduta.

A outra pesquisa, também de Manfré (2024), argumenta que a racionalidade pedagógica empreendedora, influenciada por princípios neoliberais, direciona as formas de governo de si, moldando a subjetividade dos estudantes para atender às demandas do mercado. A partir das análises, evidencia-se que a ênfase no empreendedorismo pode levar à formação de indivíduos economicamente produtivos, porém, politicamente submissos e dóceis, limitando o desenvolvimento crítico e a autonomia dos estudantes. O autor evidencia a insistente defesa de que o investimento permanente em si pode promover mais competências e habilidades, gerando a empregabilidade no futuro bem próximo e promissor. “Tudo depende do investimento que se faz hoje!” (p. 6). Induz-se a reflexão dos estudantes sobre o aprender a conhecer, o aprender a fazer, o aprender a conviver e o aprender a ser.

Ao interseccionar empreendedorismo e Projeto de Vida, de acordo com as pesquisas analisadas, a BNCC incide nas agendas pessoais e incute a cultura empreendedora a partir dessa política curricular. A lei nº 13.415/2017 estabelece que os currículos do Ensino Médio deverão considerar a formação

integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais. De acordo com tal documento, “o protagonismo e a autoria estimulados no Ensino Fundamental traduzem-se, no Ensino Médio, como suporte para a construção e viabilização do projeto de vida dos estudantes, eixo central em torno do qual a escola pode organizar suas práticas” (Brasil, 2017, p. 472). Logo, seria papel da escola auxiliar os estudantes a aprender a se reconhecer como sujeitos, considerando suas potencialidades e a relevância dos modos de participação e intervenção social na concretização de seu projeto de vida.

CRÍTICA AO DISCURSO EMPREENDEDOR NAS POLÍTICAS CURRICULARES

O artigo de Pizolati (2021) buscou examinar a gênese discursiva do princípio “aprender a aprender” que incide no continuar aprendendo, conforme apontam as políticas educacionais para o Ensino Médio, considerando o contexto neoliberal e suas implicações na educação. A pesquisa observa que a constituição do neossujeito aprendente (flexível, responsabilizado e autônomo) reside na promulgação da LDBEN e é referendada em políticas educacionais que fundamentam a BNCC. O estudo argumenta que a educação brasileira, na atualidade, está alinhada com o mercado, internalizando pressupostos como o empreendedorismo e o empresariamento de si. De acordo com o autor, “por intermédio da autonomia, há o deslocamento da responsabilidade para a responsabilização, o que incide no recuo do Estado e da sociedade em relação ao neossujeito que é impelido ao ônus de suas escolhas de vida” (p. 4).

O estudo destaca ainda como a racionalidade neoliberal se consolida por meio da individuação e da autonomia flexibilizada, influenciando a formação desses sujeitos

aprendentes ao longo da vida. A lógica do mercado e a ênfase na liberdade econômica moldam as políticas educacionais, com o indivíduo sendo incentivado a se empreender. O estudo aponta para a autoexploração voluntária, onde o indivíduo se vê como uma “microempresa de si”, subjugado a metas e resultados. A autonomia desloca a responsabilidade para o indivíduo, com o Estado e a sociedade se eximindo do ônus das escolhas de vida.

O trabalho de Fortunato (2023) objetivou problematizar o uso dos termos protagonismo e empreendedorismo na educação, argumentando que esses conceitos remetem a princípios neoliberais que, ao serem incorporados na educação, a reduzem a processos que servem à manutenção do status quo, normalizando a educação utilitarista e competitiva. Segundo o autor, em contraste com protagonismo e empreendedorismo, tem-se a cooperação, utilizada treze vezes na BNCC. A cooperação tem sua origem no latim *cooperare*, que significa trabalhar junto. Nesse sentido, enquanto protagonizar é tomar lugar de destaque (numa luta ou numa encenação) e o empreendedorismo é a ação de uma pessoa, a cooperação implica agir junto, portanto, não se coopera sozinho tampouco existe a figura do mais importante. Argumenta, ainda, que em momento algum do texto, surge a ideia de que a escolarização deveria ser um processo que almeja a promoção da felicidade em nossa sociedade, nem que as pessoas poderiam, ao menos, cogitar a hipótese de que a vida planetária tende a ser feliz.

O trabalho intitulado de Crochick (2021) refletiu sobre as condições atuais de formação individual, considerando a atual estrutura social capitalista e a ideologia neoliberal. Com base em autores da Teoria Crítica da Sociedade, visa a educação escolar e sua relação com características atribuídas ao

neoliberalismo, no que podem configurá-lo como ideologia, para que a real concentração do capital não seja enfrentada.

O autor defende que a ideologia neoliberal, ao promover a ilusão de um mercado livre, obscurece as relações de poder que sustentam a concentração de capital e a exploração do trabalho. A formação individual é moldada por essa ideologia, que exige produtivismo e empreendedorismo, e pode levar a traços de personalidade favoráveis a formas de violência. Pensando nas tendências da educação brasileira nas últimas décadas, pode-se pensar na ênfase no método científico em detrimento do saber próprio às humanidades, na ênfase em competência e habilidades, com os parâmetros curriculares da década de 1990, que se estendem na atual proposta da Base Nacional Comum Curricular, no incentivo à discussão de projetos pessoais, à proatividade e ao empreendedorismo. Tais propostas, segundo o autor, contribuem para a conformação social à precarização do trabalho incluindo a aceitação de subempregos.

O artigo de Mota et al. (2022) objetivou analisar as configurações do projeto “Escola Plena” na dimensão da política educacional e do projeto pedagógico materializado no Ensino Médio em tempo integral no contexto mato-grossense. Realizou coleta de dados por meio de observação participante, aplicação de questionários estruturados com estudantes, realização de entrevistas semiestruturadas com professores, gestores e funcionários, e análise documental das orientações curriculares. O estudo revelou uma perspectiva gerencialista no projeto “Escola Plena”, assentada na defesa de um protagonismo nebuloso em face da noção de empresariamento de si mesmo e auto responsabilização do estudante sobre seu percurso, apagando as condições extraescolares implicadas, o que pode ter um impacto na

formação da subjetividade dos alunos. Questiona se o projeto contribui para a democratização da educação.

O trabalho de Pinto e Melo (2021), ao analisar as atuais políticas curriculares, critica a orientação curricular voltada a competências práticas, empreendedorismo e aplicabilidade imediata dos conteúdos, em detrimento da formação crítica. Questiona ainda se a centralidade do empreendedorismo atende mais aos interesses privados do que ao desenvolvimento integral dos estudantes, contribuindo para a precarização do trabalho. As considerações deste estudo sinalizam que as novas configurações dirigidas à última etapa da educação básica convergem para uma formação destituída de sentido crítico, onde o discurso de flexibilização é retomado na definição dos itinerários formativos enfatizando o empreendedorismo como elemento chave para atender os requerimentos econômicos. Destaca que a reforma posta em curso representa o acúmulo de projetos elaborados ao longo dos governos nacionais desde 1995 e a leitura dos documentos anteriores à aprovação da referida Lei revela a submissão do Ensino Médio aos interesses econômicos.

Ao analisar esse conjunto de artigos, evidencia-se que a educação sustentada em habilidades e competências está estruturada pelo discurso neoliberal e preocupada com a qualificação para o mundo competitivo e com um tipo de socialização limitada à adaptação. Nesse sentido, “as bem-intencionadas competências configuram-se como um canto de sereia. No fundo, a competência mais valorizada pela BNCC é a competência de competir em um mercado cada vez mais exigente e excludente” (Picoli, 2020, p. 7). A ligação com o empreendedorismo é um destaque nessa reforma enquanto dispositivo de “formação de cidadãos autônomos, flexíveis e empreendedores” (Freitas, Bueno, 2018, p. 05).

QUESTÕES CURRICULARES PÓS-CRÍTICAS

O artigo de Macedo e Miller (2022) propõe explorar a potência política desse estar no mundo com o outro que nos faz ontologicamente precários e vulneráveis em contraposição à promessa de autonomia. A partir de Judith Butler, analisa que estar com o outro constitui-se como uma empreitada crítica de soluções que prometem superar a precariedade induzida pelo neoliberalismo apostando em uma ontologia do indivíduo autônomo do discurso neoliberal nas políticas curriculares.

As autoras argumentam que a lição da performatividade é que o sujeito não se funda a si mesmo, que o eu não existo fora de normas de reconhecimento que o excedem e que o projetam para fora de si. Não seria possível pensar nem a precariedade e a vulnerabilidade induzidas pelo neoliberalismo nem a autonomia fora das relações de exposição ao outro. O que se pretende é sustentar uma concepção da ética e, na verdade, da responsabilidade, em termos que deixam de lado a ideia de posse que sustenta as perspectivas individualistas do sujeito autônomo. Segundo as autoras, a postura ética que nos resta com vistas a deslocar o não reconhecimento abusivo de normas que se pretendem fundacionais seria viver o risco quando aquilo que nos forma diverge do que está diante de nós.

O artigo de Petrini e Wanderer (2024) buscou examinar os modos de ser professor engendrados por uma revista dirigida a docentes e gestores de instituições privadas de ensino no Rio Grande do Sul, ao abordar e incentivar o trabalho com empreendedorismo nas escolas. Argumenta que a racionalidade neoliberal não atua somente sobre a condução dos indivíduos, mas faz com que todos se tornem responsáveis por suas escolhas, gerando assim um sujeito empresário de si.

De acordo com as autoras, a forma de vida empresarial tem se ramificado nas escolas, produzindo efeitos sobre o

currículo, sobre as práticas escolares e sobre os modos de ser professores e alunos. Ao apresentar o funcionamento de projetos de empreendedorismo, o currículo acaba por colocar em circulação um conjunto de saberes e competências que os professores precisam mobilizar para dar conta de práticas que extrapolam os muros da escola e invadem os espaços econômicos. “O imperativo é que o professor seja um designer, um gerente, um coach, um líder, um articulador de projetos” (p. 10). Nesse contexto, os professores são convocados a atuarem como empreendedores, como sujeitos que devem estar sempre atualizados, buscando novas informações e conhecimentos para atenderem às demandas do mercado. A análise discursiva foucaultiana permitiu evidenciar como os discursos neoliberais moldam os modos de ser docente no contexto das escolas privadas.

O artigo de Alves et al. (2021) analisou a racionalidade e os pressupostos que presidem a cultura empresarial, que tem modelado as políticas e instituições de ensino no Brasil, com foco na pedagogia empreendedora e nas parcerias público-privadas que a utilizam. O estudo destaca como a lógica do mercado e a norma neoliberal de um sujeito autorregulado, flexível e empreendedor influenciam as reformas educacionais e a disseminação da pedagogia empreendedora.

De acordo com seus autores, nas análises, parte-se de alguns exemplos e de dois pressupostos: 1) que os materiais selecionados veiculam uma determinada concepção de educação que tem norteadas muitas das intervenções e parcerias entre escolas e iniciativa privada; 2) que os enunciados que circulam a partir deles produzem um “efeito de verdade” no cotidiano escolar, visando a “naturalizar uma determinada visão da educação e a reduzir o espaço para concepções alternativas” (p. 3). A disseminação do empreendedorismo como modelo normativo incita o sujeito a

se conceber como uma empresa, aceitando riscos e se responsabilizando por sua própria formação, sucesso ou fracasso. O estudo aponta que a pedagogia empreendedora responsabiliza o estudante por sua própria formação, seu sucesso ou fracasso, obscurecendo as questões sociais e estruturais.

O artigo de Estormovski e Silva (2024) contextualizou os processos que instrumentalizam os afetos no currículo escolar hodierno, investigando como a liderança tem sido significada diante de um catálogo de emoções. O estudo argumenta que o capitalismo, em sua face atual, influencia o currículo escolar, promovendo a instrumentalização dos afetos e a formação de sujeitos alinhados à lógica do mercado. Questiona se a instrumentalização dos afetos e a promoção do empreendedorismo individual não mascaram a exploração dos indivíduos e a intensificação das desigualdades sociais.

Segundo os autores, a liderança tem se reconfigurado em uma mobilização de si mesmo, pautada no empreendedorismo individual e na lapidação dos próprios afetos para se mostrar competitivo e flexível. A escola, de forma dualista e hierarquizada, é vista como espaço de formação de um “líder de si” conformado a partir de um design psicológico. A ênfase no empreendedorismo e na liderança individual pode levar à formação de indivíduos competitivos e flexíveis, mas também alienados da solidariedade e da participação em pautas coletivas.

De maneira direta ou difusa, o conjunto desses artigos parte de uma analítica foucaultiana. Com base na governamentalidade, que compreende as nuances da engrenagem das políticas de reformas curriculares neoliberais na contemporaneidade, Resende (2018, p.12) argumenta que o governo neoliberal encontra na educação “um poderoso

instrumento biopolítico de governo que faz com que termos como reforma, ajuste, competitividade, empreendedorismo, desregulamentação, mercado, consumidor, terceirização e empresa, por exemplo, ressoem como únicos sentidos possíveis”. O mercado, a concorrência e as formas “empresa” seriam os pilares de organização e de regulação da sociedade, aquilo que daria forma à sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A BNCC considera que há muitas juventudes e argumenta que isso “implica organizar uma escola que acolha as diversidades, promovendo, de modo intencional e permanente, o respeito à pessoa humana e aos seus direitos” (Brasil, 2017, p. 463). Nesse processo, um elemento que se destaca é a própria construção subjetiva do estudante ao longo da vida. Assevera, ainda, a necessidade de “assegurar-lhes uma formação que, em sintonia com seus percursos e histórias, permita-lhes definir seu projeto de vida, tanto no que diz respeito ao estudo e ao trabalho como também no que concerne às escolhas de estilos de vida saudáveis, sustentáveis e éticos” (Brasil, 2017, p. 463). Ao analisarmos os conjuntos de pesquisas aqui selecionadas, porém, observamos que boa parte apresenta forte crítica às últimas reformas curriculares justamente nesses aspectos, seja no âmbito documental, seja em contextos do país.

Esta revisão integrativa aponta, ainda, para a necessidade de ampliação da análise para contextos concretos da educação, uma vez que boa parte das pesquisas se restringem às análises documentais. Nesse sentido, destacamos os anseios dos jovens estudantes, os desafios postos à docência e a qualidade dos materiais didáticos que têm chegado (ou não) às escolas brasileiras. Além disso, carece de investigações que foquem em contextos específicos que considerem as diferentes regionalidades de cada canto do país. Houve, ainda, um

predomínio analítico de situações urbanas, pouco sendo problematizado em torno dos contextos comunitários e locais de apropriação das reformas curriculares.

Ainda assim, as pesquisas aqui levantadas nos fornecem substrato importante para pensarmos como as reformas curriculares para o Ensino Médio têm adentrado as escolas, principalmente via organizações do terceiro setor, e causado efeitos na produção da subjetividade dos jovens brasileiros. De modo a atender um projeto político-pedagógico que busca o assujeitamento a um discurso que atomiza o indivíduo e o despolitiza, o discurso empreender nas escolas fragmenta os interesses coletivos de uma sociedade e prioriza o âmbito privado no projeto nacional. A chamada cultura do empreendedorismo vem associando-se a outras dimensões da vida do sujeito que não apenas à aquisição de conhecimentos econômicos. Ela penetra as relações pessoais, a gestão do tempo e do cotidiano, o autogoverno formativo, a produção do desejo e de um projeto de vida. Por fim, salientamos que pouco espaço tem sido dado nas pesquisas aos processos de resistência e de contracondutas nas análises acadêmicas em torno das reformas curriculares.

REFERÊNCIAS

ALVES, Alexandre; KLAUS, Viviane; LOUREIRO, Carine B. Do sonho à realização: pedagogia empreendedora, empresariamento da educação e racionalidade neoliberal. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, p. e226115, 2021.

AQUINO, Luciana S.; RIBEIRO, Indiaria S.; MARTINS, Wesley. Síndrome de Burnout: repercussões na saúde do profissional de Enfermagem. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 6, n. 16, 2021.

BARBOSA, Renata; ALVES, Natália. Aprender a empreender: Reflexões sobre um projeto de vida danificado. **Currículo sem Fronteiras**, v. 23, p. 1645-1384, 2023.

BOFF, Quylara Melinda Ferreira. **A precarização do trabalho após a revolução industrial 4.0: os impactos da uberização**. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão aprovada pelo CNE, novembro de 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2025.

BRÖCKLING, Ulrich. **The entrepreneurial self: fabricating a new type of subject**. London: Sage, 2016.

CANTILLON, Richard. **Ensaio sobre a Natureza do Comércio em Geral**. Editorial Convivim, 1755.

CAVALCANTE, Marcos André D.; SOUSA-FILHO, José Milton de; LESSA, Bruno de S. Entrepreneurial intentions and education: Effects on low-income students. **Journal of Education for Business**, v. 97, n. 4, p. 228-236, 2022.

COELHO, Elaine Cristina da S. Educação empreendedora: proposta metodológica para o ensino de empreendedorismo no ensino médio. **Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 7, n. 7, p. 559-566, 2020.

CROCHICK, José Leon. Educação, neoliberalismo e/ou sociedade administrada. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, p. e80472, 2021.

ESTORMOVSKI, Renata Cecilia; SILVA, Roberto R. D. da. Currículos socioemocionais e liderança: da mobilização coletiva à motivação do eu. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 50, p. e269220, 2024.

FERREIRA, Aleciane da Silva M.; SMAIL, Linda. Entrepreneurial intention and education among high school and technical students from federal institutes in Brazil. **Journal of Education and Work**, p. 1-13, 2025.

FORTUNATO, Ivan. Sobre protagonistas empreendedores nas salas de aula, ou uma leitura crítica de termos neoliberais na educação. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 34, p. e023007, 2023.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**: Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREITAS, José A. F.; BUENO, Marisa F. S. Reforma do Ensino Médio: uma política neoliberal para o (auto)governo da educação brasileira. In: **XII ANPEd-SUL**, 2018.

HARVEY, David. **Breve história do neoliberalismo**. Nova York: Universidade Paroquial de Oxford, 2007.

HAYEK, Friedrich A. Von. Competition as a Discovery Procedure. **The Quarterly Journal of Austrian Economics**, v. 5, n. 3, p. 9-23, 2002.

MACEDO, Elizabeth; MILLER, Janet L. Por um currículo “outro”: autonomia e relacionalidade. **Currículo sem Fronteiras**, v. 22, p. e1153, 2022.

MANFRÊ, Ademir Henrique. A racionalidade pedagógica empreendedora no direcionamento das formas de governo de si. **Educação**, Santa Maria, v. 49, n. 1, p. e60/1-27, 2024.

MANFRÊ, Ademir Henrique. Empreendendo desde a infância: formas de governar a vida? **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 19, n. 50, p. e11614, 2023.



MISES, Ludwig Von. **Ação Humana**: um tratado de economia. Mises Institute, 2010.

MOTA, Érico Ricard L. C.; CASAGRANDE, Ana L.; ALONSO, Katia M. Política educacional para o Ensino Médio: O Projeto “Escola Plena” no contexto Mato-Grossense. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. esp. 3, p. 2273-2293, 2022.

MOTTA, V. C. Ideologias do capital humano e do capital social: da integração à inserção e ao conformismo. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 549-572, 2008.

RESENDE, H. A educação por toda a vida como Estratégia de Biorregulação Neoliberal. In: RESENDE, Haroldo (Org.). **Michel Foucault – a arte neoliberal de governar e a Educação**. São Paulo: Intermeios, 2018, p. 77-94

PEREIRA, Jaiane A.; FABRÍCIO, Joicele dos S.; LOPES, Luciano da S.; STEINER NETO, Pedro J. Educação Empreendedora no Ensino Médio: percepção dos alunos da região central do Estado do Paraná em Relação ao Empreendedorismo. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 72-94, 2024. DOI: 10.25112/rgd.v21i1.3312.

PETRINI, Silvane G. M.; WANDERER, Fernanda. O esmaecimento da docência nas práticas do empreendedorismo nas escolas. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 19, n. 00, p. e024007, 2024.

PICOLI, Bruno Antonio. Base Nacional Comum Curricular e o canto da sereia da educação normalizante: a articulação neoliberal-neoconservadora e o dever ético-estético da resistência. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 5, p. 1-23, 2020.

PINTO, Samilla Nayara dos S.; MELO, Savana Diniz G. Mudanças nas políticas curriculares do ensino médio no Brasil: repercussões da BNCCEM no currículo mineiro. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 37, p. e34196, 2021.

PIZOLATI, Audrei Rodrigo da C. A instituição da racionalidade neoliberal nas políticas educacionais brasileiras a partir dos princípios “continuar aprendendo” e “aprender a aprender”. **Education Policy Analysis Archives**, v. 29, p. 150, 2021.

ROSE, Nikolas. **Inventing ourselves: psychology, power and personhood**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

SAY, Jean-Baptiste. **Traité d'économie politique**. Edição republicada. França: Institut Coppet, 2023. Originalmente publicado em 1803.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. Editora Nova Cultural, 1997.

SILVA, Silas Veloso de P.; OLIVEIRA, Gustavo G. Projeto de vida, empreendedorismo e processos de subjetivação neoliberais na educação pernambucana. **Currículo sem Fronteiras**, v. 23, p. 1645-1664, 2023.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. Tradução Norberto de Paula Lima. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017. Recurso digital (Clássicos de ouro).

SOUSA, L. M. M.; MARQUES, Joana M. M.; FIRMINO, Cristiana F.; FRADE, Maria Fatima. Modelos de formulação da questão de investigação na prática baseada na evidência. **Revista Investigação em Enfermagem**. Maio de 2018 pp. 31-39.



SOUZA, Marcela. T.; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Revista Einstein*, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.

ZANOTTO, Marijane; SANDRI, Simone. Avaliação em larga escala e BNCC: estratégias para o gerencialismo na educação. *Temas & Matizes*, Cascavel, v. 12, n. 23, p. 127-143, jul./dez. 2018.

Recebido em 12/04/2025.

Aprovado em 12/07/2025.